

RELATÓRIO ANUAL 2009



RELATÓRIO ANUAL 2009

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2009 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – SICOOB Engecred, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em novembro de 2009 o SICOOB ENGECCRED completou 11 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2009, o SICOOB ENGECCRED obteve um resultado de R\$729.450,44 representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 13,49%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 10.716.813,03. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 14.752.256,54.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimos	R\$14.548.172,37	98,62%
Títulos Descontados	R\$204.084,17	1,38%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/09 o percentual de 58,50% da carteira, no montante de R\$ 8.629.400,69.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 19.057.313,92, apresentou uma evolução em relação ao exercício anterior de 39,93%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 4.540.075,39	23,83%
Depósitos a Prazo	R\$ 14.516.038,53	76,17%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/09 o percentual de 44,53% da captação, no montante de R\$ 8.409.434,74.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB ENGEURED era de R\$ 5.433.404,64. O quadro de associados era composto por 2.957 Cooperados, havendo um acréscimo de 14,26% em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB ENGEURED adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 84,31% nos níveis de “A a C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. Já o Conselho Fiscal averigua se a Administração está sendo executada conforme as normas e se todas as ações estão respaldadas em documentos legais.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota inúmeras ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Operações de Crédito (MOC), disponibilizado pela confederação SICOOB BRASIL e aprovado pelo Conselho de Administração desta Cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais e está atenta para a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Gerenciamento de Risco

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação risco x retorno para os nossos associados.

A estrutura de gerenciamento dos riscos está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco (**ACIR**), pelo Monitor de Controle Interno e de Risco da Cooperativa Central e pela área de auditoria da Central. As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público na cooperativa.

A gestão é centralizada na Central, que é responsável pela divulgação das políticas gerais e pela avaliação consolidada dos riscos. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base para as estratégias da Cooperativa.

I - Risco Operacional

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional da Cooperativa, está disponível, para acesso público, nos seguintes endereços eletrônicos: www.engecred.com.br e/ou em outro endereço que o mesmo venha a estar disponibilizado.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de Controle Interno e Risco – **SCIR**, integrante do Manual de Controle Interno – **MCI**.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – **MRO**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco operacional					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento, ao Agente de Controle Interno e de Risco, das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o Agente e o Conselho de Administração.		•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do Agente de Controle Interno e de Risco, comunicação, ao Conselho de Administração, de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

•1 – Conselho de Administração •2 – Diretoria-Executiva •3 – Agente de Controle Interno e de Risco •4 – Monitor de Controle Interno e de Risco •5 – Área de Auditoria da Cooperativa Central de Crédito Central.

II - Risco de Mercado

A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está disponível para acesso público, no seguinte endereço eletrônico: WWW.engecred.com.br

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco de mercado da cooperativa é o Sistema Mitra – Risco e Basiléia II, fornecido pela empresa Luz Engenharia Financeira Ltda. (em implantação).

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – **MRM**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco de mercado					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento – ao agente de Controle Interno e de Risco – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	•	•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do agente, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

• 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e Risco • 4 – Monitor de Controle Interno e Risco • 5 – Área de Auditoria da Central.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 e disponibilizada para acesso em janeiro de 2008, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria.

Além de contribuir para assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, a Ouvidoria também atua como canal de comunicação com os nossos associados e com os integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte - MG 31 de dezembro de 2009.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE	24.199.988,64	19.322.568,20
Disponibilidade	184.846,91	162.322,96
Relações Interfinanceiras	10.716.813,03	5.681.792,26
Operações de Crédito	12.651.663,34	13.348.331,31
Outros Créditos	166.165,27	116.591,17
Outros Valores e Bens	480.500,09	13.530,50
NÃO CIRCULANTE	1.599.789,50	1.100.215,83
Realizável a Longo Prazo	1.065.685,17	766.000,34
Operações de Crédito	993.079,49	696.805,94
Outros Créditos	72.605,68	69.194,40
PERMANENTE	534.104,33	334.215,49
Investimentos	263.701,31	194.956,23
Imobilização de Uso	99.850,79	110.658,67
Diferido	18.618,79	28.600,59
Intangível	151.933,44	-
TOTAL	25.799.788,14	20.422.784,03

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Antonio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contadora - CRC MG-080119/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO		
	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE	19.657.573,81	16.118.771,97
Depósitos	19.057.313,92	13.619.316,49
Depósitos à Vista	4.540.075,39	4.710.395,21
Depósitos à Prazo	14.516.038,53	8.905.094,82
Outros Depósitos	1.200,00	3.826,46
Obrigações por Empréstimos e Repasses	41.882,40	1.544.170,06
Outras Obrigações	558.377,49	955.285,42
NÃO CIRCULANTE	734.582,36	227.567,88
Exigível a Longo Prazo		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	104.706,17	-
Provisões para Riscos Fiscais e Trabalhistas	629.876,19	227.567,88
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.407.621,97	4.076.444,18
Capital Social	3.857.761,22	2.446.777,86
Capital a Realizar	(132.412,00)	(30.480,00)
Reserva de Lucros	952.822,31	861.641,00
Sobras ou Perdas Acumuladas	729.450,44	798.505,32
TOTAL	25.799.788,14	20.422.784,03

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Antônio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contadora - CRC MG-080119/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Em reais)**

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente do SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred possui Postos de Atendimento Cooperativo - PAC nas seguintes localidades:

PAC Ceará - Rua Ceará, 1584 loja3 - Savassi BH – MG

PAC Pampulha - Av. Antônio Carlos, 8.100 – loja110 Pampulha Mall – BH – MG

PAC Eldorado - Rua Hungria, 52 Bairro Novo Eldorado – Contagem

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a produção e a produtividade dos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, bem como da difusão de informações técnicas que visem o aprimoramento da produção e qualidade de vida;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, públicas e ou privadas bem como aplicações de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71, normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Alteração da Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, em 12 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449, que foi convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Ambos normativos legais alteraram significativamente a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, para os exercícios sociais encerrados após 31.12.2007. Segundo a nova legislação, a emissão de normativos contábeis pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para as companhias brasileiras deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais.

Parcela representativa das principais alterações promovidas pela Lei já são substancialmente adotadas pela Cooperativa, em decorrência dos normativos editados pelo BACEN, CFC entre outros.

Espera-se que outras alterações ou previsões legais sejam objeto de regulamentação por parte do BACEN, no decorrer de 2010, considerando a abrangência de cada órgão regulador.

No momento, a Cooperativa está promovendo estudos, avaliações e determinados ajustes decorrentes dos impactos dessa nova Lei, inclusive com apoio das entidades representativas dos setores. Dentre as principais alterações promovidas pela Lei, destacamos:

- Reclassificação do ativo em dois grandes grupos conforme determinação dos art. 178, 179 e 180, o Ativo Circulante e Ativo não Circulante. No Ativo não Circulante passou a contemplar uma nova estrutura composta pelos subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível;
- O subgrupo “Intangível” inclui, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade;
- O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade;
- O ativo diferido deixa de existir, porém como consta na própria legislação, o saldo existente em 30 de junho de 2009 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização;
- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados nos subgrupos, investimentos, imobilizado e intangível;
- O grupo Resultado de Exercícios Futuros deixa de existir.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução 2.682 do BACEN, que determina a classificação das operações por nível de risco.

c) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado não operacional.

f) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

g) Provisão para riscos tributários e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

O ingresso de operações com títulos e valores mobiliários é reconhecido em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que esse ingresso será apropriado à cooperativa.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no artigo 33º da Resolução CMN nº 3.442.

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprést. / Tít. Desc. *	Total em 2009	Provisões 2009	Total em 2008	Provisões 2008
A	0,5%	Normal	7.464.512,90	7.464.512,90	37.322,61	9.185.677,44	45.928,53
B	1%	Normal	3.168.241,45	3.168.241,45	31.682,42	2.142.685,50	21.197,45
B	1%	Vencidas	139.855,43	139.855,43	1.398,56	335.073,60	3.350,74
C	3%	Normal	1.572.220,48	1.572.220,48	47.166,62	1.190.262,29	35.707,89
C	3%	Vencidas	92.946,56	92.946,56	2.788,40	457.008,82	13.710,28
D	10%	Normal	719.446,84	719.446,84	71.944,70	592.702,22	59.270,22
D	10%	Vencidas	479.362,42	479.362,42	47.936,26	168.971,64	16.897,18
E	30%	Normal	46.955,05	46.955,05	14.086,53	75.193,11	22.557,93
E	30%	Vencidas	180.976,49	180.976,49	54.292,97	82.250,48	24.675,15
F	50%	Normal	67.690,13	67.690,13	33.845,08	65.465,06	32.732,55
F	50%	Vencidas	5.072,82	5.072,82	2.536,42	21.154,36	10.577,19
G	70%	Normal	34.937,79	34.937,79	24.456,45	27.747,56	19.423,29
G	70%	Vencidas	139.938,35	139.938,35	97.956,86	23.245,25	16.271,68
H	100%	Normal	151.218,55	151.218,55	151.218,55	18.358,48	18.358,48
H	100%	Vencidas	488.881,28	488.881,28	488.881,28	390.574,38	390.574,38
Total Normal			13.225.223,19	13.225.223,19	411.722,96	13.298.091,66	255.176,34
Total Vencido			1.527.033,35	1.527.033,35	695.790,75	1.478.278,53	476.056,60
Total Geral			14.752.256,54	14.752.256,54	1.107.513,71	14.776.370,19	731.232,94
Provisões			(1.107.513,71)	(1.107.513,71)		(731.232,94)	
Total Líquido			13.644.742,83	13.644.742,83		14.045.137,25	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vencidas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	9.000.220,70	2.909.462,99	993.079,49	12.902.763,18
Títulos Descontados	169.006,95	35.077,22	0,00	204.084,17
Total	9.169.227,65	2.944.540,21	993.079,49	13.106.847,35

Obs.: Não inclui Cheque Especial e CG.

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	2009	2008
Saldo Inicial	731.232,94	384.466,81
Constituições/Reversões no Exercício	1.245.523,10	654.136,94
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	(869.242,33)	(307.370,81)
Total	1.107.513,71	731.232,94

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	2009	% Carteira	2008	% Carteira
		Total		Total
Maior Devedor	667.227,24	4,52	680.168,54	4,60
10 Maiores Devedores	5.356.319,80	36,31	5.178.449,70	35,05
50 Maiores Devedores	12.111.779,35	82,10	11.890.290,79	80,47

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, baixados e recuperados:

Descrição	2009	2008
Saldo Inicial	845.608,94	647.188,14
Valor das operações transferidas no período	881.352,12	304.727,71
Valor das operações recuperadas no período	(89.533,47)	(106.306,91)
Total	1.637.427,59	845.608,94

6. Outros créditos

Valores referentes as importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	2009	2008
Rendas a Receber (a)	109.536,10	56.010,43
Devedores por Depósito e Garantia (b)	72.605,68	69.194,40
Títulos e Créditos a Receber	1.049,00	1.283,70
Devedores Diversos (c)	55.580,17	59.297,04
Total	238.770,95	185.785,57

- (a) O saldo em sua grande maioria é representado por rendas a receber de recursos aplicados na Centralização Financeira do Sicoob Central Cecremge.
- (b) Refere-se aos valores do PIS sobre atos Cooperativos depositados em juízo, a Cooperativa questiona judicialmente a legalidade da cobrança dessa contribuição junto a Secretária da Receita Federal.
- (c) O saldo é representado por valores debitados na compensação a serem repassados aos cooperados; baixa realizada de empréstimo não debitada a conta corrente do cooperado sendo regularizado em janeiro/2010 e adiantamento de férias e vale transporte.

7. Outros valores e bens

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R \$ 470.044,61 referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE e aquisição de ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	2009	2008
Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE	208.812,87	140.067,79
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	54.888,44	54.888,44
TOTAL	263.701,31	194.956,23

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	2009	2008
Móveis e Equipamentos	10%	52.363,60	44.855,50
Sistema de Processamento de Dados	20%	160.216,05	148.326,05
Sistemas de Comunicação	10%	2.739,00	2.739,00
TOTAL		215.318,65	195.920,55
Depreciação acumulada		(115.467,86)	(85.261,88)
TOTAL		99.850,79	110.658,67

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares. O SICOOB ENGECCRED adquiriu em junho/2009 o direito de uso do sistema SISBR para os seus 03 postos de atendimento, além da sede, no valor de R\$ 160.000,00. O sistema SISBR é utilizado pelas cooperativas do sistema SICOOB.

Descrição	Taxa de Amortização	2009	2008
Outros Ativos Intangíveis		161.100,00	-
Amortização acumulada	10%	(9.166,56)	-
TOTAL		151.933,44	-

11. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Os depósitos, até o limite de R\$60.000,00, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor Sicoob, o qual é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas participantes do Sistema SICOOB, regido por regulamento próprio.

12. Relações interfinanceiras/ Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 33, da Resolução CMN nº 3.442, de 28/02/07) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	2009	2008
CECREMGE	0,12 + CDI e 103% CDI	Entre 15/01/2009 e 29/05/2013	146.588,57	1.544.170,06

13. Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias

Descrição	2009	2008
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	91.181,31	105.067,24
Cotas de capital a pagar	73.992,42	-
Sobras Líquidas a Distribuir	2.096,11	-
Total	167.269,84	105.067,24

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

14. Outras obrigações - Diversas

Descrição	2009	2008
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.325,65	8.009,32
Fiscais e Previdenciárias	38.061,77	32.566,72
Cheques administrativos (a)	24.040,00	298.469,60
Provisão para pagamentos a efetuar	67.982,40	98.692,93
Passivos contingentes (b)	629.876,19	227.567,88
Credores diversos (c)	256.697,83	412.479,61
Total	1.020.983,84	1.077.786,06

(a) refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2009.

(b) Conforme composição a seguir:

Descrição	2009	2008
PIS	72.605,68	69.194,40
COFINS	167.270,51	158.373,48
OUTROS PASSIVOS	390.000,00	-
Total	629.876,19	227.567,88

PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2004, referente ao PIS sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia. Quanto a COFINS a cooperativa registrou as correspondentes obrigações referente ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2004. Em 31/12/2008 com as alterações da Lei 11.638/07 a cooperativa registrou a atualização monetária do valor registrado da COFINS do período de janeiro de 2003 a novembro de 2004 no montante de R\$ 64 mil, e reverteu a provisão referente ao período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2002 no montante de R\$ 78 mil, em função do prazo de decadência do imposto.

OUTROS PASSIVOS - o valor de R\$ 390.000,00 refere-se a um crédito recebido indevidamente pelo sistema de compensação de cheques e outros papéis e está sendo discutido judicialmente conforme processo em curso na 34ª vc da capital. Em 2008 os valores pertinentes a Outros Passivos encontravam-se registrados no grupo de Credores Diversos.

15. Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/07, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

16. Instrumentos financeiros

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred, opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	2009	2008
Sobras do Exercício	911.813,06	1.003.385,73
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(5.254,07)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	911.813,06	998.131,66
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	91.181,31	99.813,17
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	91.181,31	99.813,17
Sobras à disposição da Assembléia Geral	729.450,44	798.505,32

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

Destinação do Resultado - as sobras líquidas de cada exercício, após a constituição do Fundo de Reserva e do Fates, ficam submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

	1o. Semestre	2o. Semestre	Total do Ano
Receitas Operacionais (no Período) - 7.1.0.00.00.000	2.965.469,60	3.700.505,80	
Receitas de atos não cooperativos (convênios, TIB, aplicação financeira em outras instituições)	55.827,58	58.038,62	
Total Receitas de atos não cooperativos	55.827,58	55.038,62	
Proporção Receitas de atos não cooperativos em relação as Receitas Operacionais cf PN CST 73/75	1,88%	1,57%	
Total Despesas Operacionais no Período - 8.1.0.00.00.000	2.505.189,23	3.231.969,09	
(-)Despesas com Cofins - atos não cooperativo	2.246,27	2.346,87	
(-)Despesa com PIS - atos não cooperativo (Excluindo PIS sobre folha de pagamento)	365,02	381,37	
(-)Despesa com ISS - (Quando pago sobre atos não cooperativos)	2.739,54	2.844,97	
Total despesas (excluindo pis, cofins, iss pago sobre atos não cooperativo)	2.499.838,40	3.226.395,88	
Proporção despesas com atos não cooperativos	46.996,96	50.654,42	
Despesas com IRPJ - 8.9.4.10.00-6	1.333,65	1.343,37	
Despesas com CSLL - 8.9.4.20.00-3	1.333,65	1.343,37	
Despesas com Cofins - atos não cooperativo	2.246,27	2.346,87	
Despesa com PIS - atos não cooperativo (Excluindo PIS sobre folha de pagamento)	365,02	381,37	
Despesa com ISS - (Quando pago sobre atos não cooperativos)	2.739,54	2.844,97	
Total despesa com atos não cooperativos	55.015,09	58.914,37	
Resultado de atos não cooperativos a ser transferido para o FATES	812,49	(875,75)	(63,26)

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. Nos termos do art. 31, §2º da Resolução 3.442/2007, do Conselho Monetário Nacional, a concessão de créditos e a prestação de garantias a membros de órgãos estatutários devem observar critérios idênticos aos utilizados para os demais associados.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações,

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred

com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2009:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS
R\$ 1.815.779,65
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS
R\$ 491.952,32

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2009:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	17.000,00	0,12
Conta Garantida		
Empréstimo	38.771,88	0,26
Títulos Descontados	4.586,38	0,03

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/09		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
157.510,18	1,09	0,69

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Cheque Especial	4,5%	4,5%
Conta Garantida	2,90%	2,90%
Desconto de Cheques	2,5%	2,5%
Aplicação Financeira	Entre 95% e 104% CDI	Entre 95% e 104% CDI
Percentual em Relação à Carteira Geral – Saldo em 31/12/2009		
Conta Corrente (ad. a depositantes, cheque especial e CG)		0,12%
Empréstimos e Financiamentos		0,26%
Títulos Descontados e Cheques Descontados		0,03%
Aplicações Financeiras		1,09%

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2009	
Honorários	R\$ 176.500,00

20. Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – Sicoob Engecred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE o monitoramento, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

As demonstrações financeiras do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer datado de 31 de agosto de 2009, sem ressalvas. A auditoria de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 está em andamento.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2009, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e veículos de propriedade da cooperativa.

Lucio Fernando Borges
Diretor Presidente

Gilson de Carvalho Queiroz Filho
Diretor Administrativo

Antonio Dias Vieira
Diretor Financeiro

Isabel Cristina Leirosa Soares
Contador – CRC/ MG-080119/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO
MÚTUO DOS ENGENHEIROS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE LTDA – SICOOB ENGECCRED - CNPJ Nº 02.606.305/0001-77
NIRE Nº. 3.140.003.589-3

Examinamos o Balanço Patrimonial da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda – Sicoob Engecred, levantado em 31 de Dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações de resultado do exercício, das variações patrimoniais correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade do Conselho de Administração. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda em 31 de Dezembro de 2009.

Belo Horizonte, 19 de março de 2010

Tarcísio Pereira Valadares	_____
Carlos Moreira Mendes	_____
Gilberto da Silva Porto Reis	_____
Maurício Fernandes da Costa	_____
José Tarcísio Caixeta	_____

PARECER DE AUDITORIA

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região
Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. – SICOOB ENGECRED
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado (sobras ou perdas), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 12 de março de 2010.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador – MG 069.261/O
CNAI 1953